

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594793>

Construindo (di)visões de mundo: redes acadêmicas e a educação em *agribusiness*

*Building (di)visions of the world: academic networks and
agribusiness education*

*Construire des (di)visions du monde: réseaux académiques et
l'éducation del'agribusiness*

*Construyendo (di)visiones de mundo: redes academicas y la
educación en agribusiness*

 **Afonso Henrique Fernandes**

Universidad Nacional de Quilmes (CEAR-UNQ)

Resumo

O objetivo é refletir sobre como o campo de estudos em *agribusiness* se organizou internacionalmente, estabelecendo uma rede de pesquisadores associados à grande produção agroindustrial?; e como a partir de seus pressupostos teóricos e metodológicos, as suas lideranças logram elaborar, difundir e reafirmar suas próprias visões de mundo? Interessa, portanto, explorar a articulação internacional dessas lideranças e a perspectiva ideológica que é partilhada e difundida neste processo a partir do marco teórico e metodológico do campo da educação em *agribusiness*. Para tanto, a partir de um diálogo com os escritos sobre hegemonia (Gramsci) e sobre poder simbólico (Bourdieu), foi feita uma pesquisa documental sobre lideranças e instituições de ensino e pesquisa em *agribusiness* no Brasil e na Argentina, a partir de uma leitura crítica da bibliografia que versa sobre temas correlatos e de publicações institucionais, da grande imprensa e de veículos de comunicação especializados.

Palavras-Chave: Agronegócio, agroindústria, hegemonia, educação, poder.

Abstract: The goal is to reflect on how has the field of agribusiness studies organized itself internationally, establishing a network of researchers associated with agro-industrial production in different countries; and how through its theoretical and methodological assumptions, have its leaders managed to elaborate, disseminate and reaffirm their own worldviews? It is therefore of interest to explore in detail the international articulation of these business and academic leaders and the ideological perspective that is shared and disseminated in this process from the theoretical and methodological framework of the field of agribusiness education. To this end, based on a dialogue with Gramsci's writings on hegemony and Bourdieu's writings on symbolic power, documentary research was carried out on agribusiness leaders and educational and research institutions in Brazil and Argentina, based on a critical reading of the bibliography on related topics and institutional publications, the mainstream press and media outlets specializing in agribusiness.

Keywords: Agribusiness, agroindustry, hegemony, education, power.

Résumé: L'objectif est de réfléchir comment les études sur l'agro-industrie s'est organisé, en établissant un réseau de chercheurs associés à la production agro-industrielle; et comment, à partir de ce réseau académique et de ses hypothèses théoriques et méthodologiques, ses dirigeants parviennent à élaborer, diffuser et réaffirmer leurs propres visions du monde? Il est donc intéressant d'explorer l'articulation internationale de ces dirigeants et la perspective idéologique qui est partagée et diffusée dans ce processus à partir du cadre théorique et méthodologique du domaine de l'éducation à l'agro-industrie. Pour ce faire, à partir d'un dialogue avec les écrits d'Gramsci sur l'hégémonie et de Bourdieu sur le pouvoir symbolique, une recherche documentaire a été menée sur les dirigeants de l'agro-industrie et les institutions d'enseignement et de recherche au Brésil et en Argentine, sur la base d'une lecture critique de la bibliographie sur des sujets connexes et des publications institutionnelles et de la presse.

Mots clés: agrobusiness, agro-industrie, hégémonie, éducation, pouvoir.

Resumen: El objetivo es reflexionar sobre: ¿Cómo los estudios en agronegocios se han organizado, estableciendo una red de investigadores asociados a la producción agroindustrial; y cómo, a partir de esta red y de sus supuestos teóricos y metodológicos, sus líderes logran elaborar, difundir y reafirmar sus propias visiones del mundo? Por lo tanto, es interesante explorar la articulación internacional de estos líderes y la perspectiva ideológica que se comparte y difunde en este proceso desde el marco teórico y metodológico del campo de la educación en agronegocios. Para ello, a partir de un diálogo con los escritos de Gramsci sobre la hegemonía y Bourdieu sobre el poder simbólico, se realizó una investigación documental sobre los líderes del agronegocio y las instituciones educativas y de investigación en Brasil y Argentina, basada en una lectura crítica de la bibliografía sobre temas relacionados y publicaciones institucionales, la prensa y los medios de comunicación especializados.

Palabras clave: Agronegocios, agroindustria, hegemonía, educación, poder.

Introdução

A concentração da terra, da riqueza e do poder e as lutas políticas que se desenvolvem a partir daí permanecem como um importante campo de estudos. Diante de um mundo cada vez mais urbanizado e industrializado, as questões que giram em torno da propriedade da terra e dos demais bens comuns da natureza não têm sido o tema mais destacado das últimas décadas. Mesmo assim, dada sua importância histórica e sua atualidade diante da emergência climática, significativos estudos têm se dedicado a refletir sobre a mais recente ofensiva dos grandes monopólios agroindustriais no controle da terra e de outros recursos naturais e de seu potencial produtivo (Borras e Franco, 2012; Mc Michael, 2012; Clapp, 2014). Cada vez mais integrados, estes monopólios configuram-se como grandes conglomerados financeiros que visam coordenar politicamente as condições de realização das suas diferentes cadeias de valor. Se expandiram enormemente com a desregulamentação do sistema financeiro para a agricultura ao longo das últimas décadas de neoliberalismo e com o boom das commodities e da corrida global por terras após a crise financeira de 2008. No Brasil e na Argentina, dentro deste marco geral de pesquisa, outros importantes estudos têm sido publicados sobre transformações econômicas, sociais e produtivas que o avanço na concentração, financeirização e globalização da produção e da propriedade rural nestes países tem promovido (Heredia et al, 2010; Delgado, 2012; Azcuy Amhegino, 2015; Gras e Hernandez, 2016; Liaudat, 2018; Leite, 2019). No entanto, autores que se dedicam à compreensão das dimensões políticas, simbólicas e discursivas destas transformações seguem sendo poucos (Bruno, 2009; Lacerda, 2010; Grynszpan, 2012; Gras e Hernandez, 2016; Mendonça, 2017; Liaudat, 2018; Pompeia, 2018; Fernandes, 2022)¹. Apesar de alguns valorosos esforços, ainda são limitadas as iniciativas que visam compreender o universo político-cultural segundo o qual se forjam os discursos e representações sobre o mundo e o modo de vida das elites e classes dominantes agroindustriais. O presente artigo e sua temática são uma contribuição para o debate dentro desta perspectiva.

O objetivo é refletir sobre dois aspectos que conferem grande relevância para o campo científico na construção da hegemonia do modelo do agronegócio no Brasil e na Argentina: Como o campo de estudos em *agribusiness* se organizou internacionalmente, estabelecendo uma rede de pesquisadores e empresários associados à grande produção agroindustrial em diferentes países?; E como a partir desta rede acadêmica e de seus pressupostos teóricos e metodológicos, as suas lideranças logram elaborar, difundir e reafirmar suas próprias visões de mundo? Embora alguns trabalhos anteriores tenham tratado da vinculação política entre os programas de pós-graduação em *agribusiness* no Brasil e na Argentina e algumas lideranças empresariais e associativas nacionais (Fernandes, 2024; Fernandes, 2022; Liaudat e Fernandes, 2021), interessa aqui explorar em maior detalhe a articulação internacional dessas lideranças empresariais e acadêmicas e a perspectiva ideológica que é partilhada e

¹ Limitei-me a citar apenas alguns exemplos mais diretamente relacionados ao recorde específico da temática da organização política e representação de interesses do agronegócio no Brasil e na Argentina.

difundida neste processo a partir do marco teórico e metodológico do campo da educação em *agribusiness*.

Para tanto, a partir de uma revisão bibliográfica sobre temas correlatos no Brasil e na Argentina e da leitura de documentos institucionais e publicações na imprensa nacional e especializada em agronegócio desses dois países, estabeleci um diálogo com os escritos de Antonio Gramsci (1982) sobre hegemonia, partindo de sua premissa de que as instituições de educação formal são entes que não estão isolados das relações de força estabelecidas pelos conflitos de interesse no Estado (restrito) e na sociedade civil, sendo trincheira fundamental de construção de consenso e disputa por hegemonia. Além disso, em diálogo com Pierre Bourdieu (1983), também podemos entender o campo da ciência e da educação como lugar de exercício de violência simbólica, na medida em que também se configura como campo de disputa pelo monopólio sobre a certificação das competências técnicas para a enunciação e validação social da verdade (científica). Assim, sob esta perspectiva e a partir da leitura da bibliografia e da documentação selecionada, foram analisados os discursos produzidos por lideranças acadêmicas e empresariais do agronegócio que têm influenciado o campo científico e o debate público no Brasil e na Argentina, construindo e reproduzindo seus próprios valores e (di)visões de mundo.

Origens norte-americanas dos estudos em *agribusiness*

A palavra *agribusiness* e seu correspondente em português (agronegócio) e espanhol (*agronegocios*) é recente e tem uma origem e difusão na sua acepção mais hegemônica que é relativamente precisa. O conceito de *agribusiness* que se difundiu a partir dos Estados Unidos é derivado do processo de criação da cátedra de “*agriculture and business*” da *Harvard Business School* (HBS) e do lançamento por parte de seus titulares, John Davis e Ray Goldberg, do livro “*A Concept of Agribusiness*”, publicado em 1956. Refletindo sobre a industrialização e integração das cadeias de produção agropecuária que foi impulsionada a partir do pós segunda guerra mundial num processo que se consagrou historicamente como “revolução verde”, estes professores definiram o *agribusiness* como “a soma de todas as operações associadas à produção e distribuição de insumos agrícolas, operações realizadas nas unidades agrícolas bem como as ações de estocagem, processamento e distribuição dos produtos, além dos produtos derivados” (Davis e Goldberg, apud Zylbersztajn, 1995, p. 107).

Dessa maneira, a partir da HBS, fundou-se um centro irradiador do termo “*agribusiness*” e de uma dada concepção social e política que pautou o debate na sociedade civil e na sociedade política, no interior dos Estados Unidos e em diversos outros países do mundo. Com a crescente visibilidade do tema e das pesquisas que passaram a ser lideradas por Goldberg, além da criação de um curso MBA, o célebre *Harvard Agribusiness Seminar* passou a funcionar anualmente, consolidando a cátedra de *agribusiness* da HBS como um espaço de formação de executivos estadunidenses e estrangeiros para atuarem na alta direção de diferentes cadeias globais de produção agroindustrial. Por isso, ao longo de sua história, os seminários de Harvard contaram com, por exemplo, as seguintes organizações

participantes ou patrocinadoras: Coca-Cola, Cargill, Bunge, Monsanto, John Deere, Nestlé, Mc Donald's, Walmart, FAO, Banco Mundial e empresas brasileiras como Agrocere, JBS e BRF (Grynszpan, 2012; Pompeia, 2018).

A partir daí em 1990, esta rede de estudos internacionais do *agribusiness* foi institucionalizada com a fundação da *International Food and Agribusiness Management Association* (IFAMA), iniciativa ainda não estudada e pouco conhecida, mas com significativa relevância para o processo histórico de conexão de importantes lideranças científicas, políticas e empresariais nacionais que constituíram a trama política da hegemonia do agronegócio no Brasil e na Argentina (Fernandes, 2022). Fundada sob a liderança de Ray Goldberg a associação se apresenta como uma “organização internacional de gestão que reúne os atuais e futuros líderes empresariais, acadêmicos e governamentais, junto com outras partes interessadas, para melhorar o enfoque estratégico, a transparência, a sustentabilidade e a capacidade de resposta do sistema global de alimentos e agronegócios”. Nesta perspectiva, ela busca ser um espaço “catalisador de novas ideias e talentos”, que deve contribuir para a construção de uma agenda de pesquisas que tenha como horizonte levar “o sistema global de alimentos e agronegócios a responder de maneira inovadora, rápida e eficaz às necessidades em constante transformação no mundo”. (IFAMA, 2019a). O tema de um dos painéis de sua primeira conferência, realizada em 1990, na sede da HBS, indagava: “*Where do we go from here?*”; tendo como debatedores para responder à questão o próprio Goldberg junto com o empresário brasileiro Ney Bittencourt de Araújo, que, como veremos, atuava no setor de biotecnologia agropecuária e era frequentador assíduo dos seminários de *agribusiness* de Harvard (IFAMA, 1991).

Internacionalmente, a IFAMA possui um amplo escopo social. Isto pode ser percebido através das empresas que patrocinaram e participaram de suas atividades². No caso da participação de brasileiros e argentinos, além de representantes empresariais (Ney Bittencourt de Araújo, Luiz Kauffman, Gustavo Grobocopatel) e da academia (Decio Zylbersztajn, Elizabeth Farina, Marcos Fava Neves, Hector Laurence, Hector Ordoñez, Ana Galiano), também se encontram representantes dos respectivos ministérios da agricultura, de governos regionais (Roberto Rodrigues, Maria Eugenia Vidal, Daniel Scioli) e de associações de produtores e empresários agroindustriais (ABAG, ABIA, ÚNICA, AAPRESID, AACREA, SRA, CRA). Neste sentido, nas conferências da IFAMA é possível encontrar um mix de representantes da sociedade política e da sociedade civil que são portadores de propriedades de posição em diversos campos de produção de poder simbólico (Bourdieu, 1989), reunindo-se para debater questões, como: a ação coletiva da IFAMA, a educação em *agribusiness* e as necessidades de capital humano; novas metodologias de gestão do negócio agropecuário; defesa das biotecnologias; a inserção no mercado global; investimento estrangeiro na produção; gestão financeira do risco, os blocos de comércio regional e da

² Bayer/Monsanto, ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfuss, Dow, Dupont, Basf, Pioneer, Syngenta, John Deere, General Mills, Sysco, Nestle, Danone, Credit Agricole, Rabobank, Wells Fargo, PwC, Novartis, Coca-Cola, Mc Donald's, Shell, Carrefour, Unilever, Barilla, DCM, CHS, AGCO Novus, Harris Nesbitt, BMO Financial Group, Tesco, Maple Leaf Foods, COFCO, Agrocere, Algar, Aracruz, Unica, McLaren Holdings S.A., Arcor, Los Grobo, MSU, Aceitera General Daheza, Quickfood, Alimentos Polar, Citrus South Africa, Africa Atlantic Holdings

Organização Mundial do Comércio; gestão dos recursos naturais; relações e diferenças entre padrões públicos e privados de regulação da produção e de seus impactos sócio-ambientais; requerimentos dos importadores públicos e privados dos produtos agropecuários; insegurança jurídica dos direitos de propriedade como fator de aumento dos custos de transação; eficiência das “associações de interesse privado”; o potencial do mercado de agrocombustíveis, o argumento da política de “segurança alimentar”; a apropriação da noção de sustentabilidade a partir da preocupação com as demandas dos consumidores e com os impactos locais das cadeias agroindustriais; estudos sobre tradição e cultura alimentar (IFAMA, 2019b).

A pós-graduação em *Agribusiness* no Brasil e na Argentina

Durante a década de 1990, Noemi Girbal-Blacha (1992) e Sonia Regina Mendonça (1998) nos apresentaram uma história social das primeiras escolas de agronomia no Brasil e na Argentina, respectivamente. As autoras demonstraram como a fundação destas instituições no final do século XIX e princípios do século XX refletiu o complexo desenvolvimento das relações de força que conformaram o Estado (ampliado) capitalista nestes países, evidenciando a profunda imbricação dos interesses das frações de classe de grandes produtores, proprietários e empresários rurais junto a distintas instâncias da sociedade política (ministérios de agricultura e outras instâncias do poder público) e da sociedade civil nacional (sociedades ruralistas e outras organizações privadas) na disputa de suas instituições e do imaginário social coletivo. Por sua vez, no final do século XX e princípios do século XXI, a criação de uma rede de cursos de educação em *agribusiness* a partir da pós-graduação nos permite identificar de que maneira as estratégias políticas e discursivas das classes dominantes agrárias se “modernizaram” – para usar um termo corrente em seus discursos – ressignificando e conservando as suas perspectivas e métodos mais elementares com o intuito de reproduzir o monopólio sobre a produção e a propriedade da terra por meio da busca do seu melhoramento técnico e da defesa de sua legitimidade social como projeto de desenvolvimento de todos e para todos.

Assim, enquanto a categoria *agribusiness* formulada por Davis e Goldberg se difundia nos Estados Unidos, ganhando projeção internacional; entre os anos 1960 e 1980, países como o Brasil e a Argentina passaram por um intenso processo de modernização agroindustrial que vem sendo qualificada pela bibliografia crítica como “conservadora” (Palmeira e Leite, 1998; Balsa, 2006; Bruno, 2009; Delgado, 2012; Azcuy Ameghino, 2015; Gras e Hernandez, 2016). Isso porque o processo de incorporação dos padrões tecnológicos da revolução verde, além de ter sido viabilizado em grande medida pelas ditaduras militares que ambos os países vivenciaram neste período, também foi impulsionado pelo fato de que a modernização técnica da economia nacional, mais uma vez na longa história de desenvolvimento de sua versão de capitalismo dependente, não foi acompanhada de um projeto de distribuição e democratização da renda, da propriedade rural e dos mecanismos de participação social e política das massas rurais e urbanas. Ao contrário, a modernização agroindustrial no Brasil e na Argentina não só bloqueou qualquer projeto de reforma agrária,

como intensificou a concentração da produção e da propriedade. Dessa forma, no final dos anos 1980, com o fim das ditaduras militares nos dois países e as dificuldades enfrentadas por um cenário econômico mais adverso (com a crise da dívida, a instabilidade monetária e a diminuição dos subsídios estatais aos investimentos privados); as frações de classe dominantes agroindustriais brasileiras e argentinas lançaram mão de diversas formas de reorganização e renovação política, com a consolidação de uma nova geração de lideranças e intelectuais que se tornaram protagonistas do processo de afirmação política, social, econômica e simbólica do modelo do agronegócio ao longo dos anos 1990. Nesse contexto, dois campos sociais foram palco privilegiado dessas transformações, o campo da representação política, com o reposicionamento das tradicionais formas de organização ruralista e o surgimento e uma miríade de novas formas de associativismo (Graziano da Silva, 1993; Lattuada, 2006; Bruno, 2009; Gras e Hernandez, 2016; Liaudat, 2018; Liaudat e Fernandes, 2021); e o campo científico, com o desenvolvimento de cursos universitários de especialização em agronegócio, aspecto que mais interessa neste artigo (Gras e Hernandez, 2016; Mendonça, 2017; Liaudat, 2019; Fernandes, 2022; 2024).

No caso do Brasil, portanto, foi a partir das conexões com a rede de estudos em *agribusiness* capitaneados por Ray Goldberg, que o brasileiro Ney Bittencourt de Araújo, frequentando os seminários da HBS, reuniu o capital intelectual necessário para difundir no Brasil a noção de *agribusiness* trabalhada em Harvard, incentivando a criação de um programa de pós-graduação em 1990 e liderando a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) em 1993. Engenheiro Agrônomo da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e herdeiro-proprietário da empresa Agrocere, Araújo possuía uma destacada posição no meio empresarial, particularmente no desenvolvimento tecnológico de um setor de genética agropecuária no Brasil. Seu pai, Antonio Secundino de Jesus, além de ter sido professor na mesma instituição onde o filho estudou, depois de ter realizado estudos no Iowa State College (mesma instituição onde John Davis se graduou), trabalhou na empresa General Mills, assessorou o Ministério da Agricultura nas relações com os EUA e fez negócios da Agrocere com colegas da General Mills e com Nelson Rockefeller. Nos anos 1970, através destas conexões, Araújo realizou um curso na American Management Association e participou de sua primeira edição dos seminários de *agribusiness* da HBS, iniciando uma série de contatos que incluíram o financiamento para que outros membros da equipe da Agrocere (Decio Zylbersztajn, Ivan Wedeckin e Luiz Antonio Pinazza) participassem de algumas de suas edições anuais, durante a década de 1980 (Grynspan, 2012). Segundo um deles, Ivan Wedeckin:

O Ney tinha um investimento, digamos assim, um conjunto de pessoas que passaram pela Agrocere, o Tejon na comunicação, o Coriolano na comunicação, o próprio Decio Zylbersztajn da USP trabalhou na Agrocere inclusive comigo na assessoria econômica, depois em uma empresa de biotecnologia, o Pinazza que continua como diretor da Agrocere. Então o Ney deu um guarda-chuva para um grupo de profissionais extremamente importantes. E nós sempre tivemos uma preocupação de apoio à classe (Wedeckin, 2012, p. 11)

Dessa maneira, foi deste grupo de “profissionais extremamente importantes”, que tinham “uma preocupação de apoio à classe”, que se constituiu a base intelectual para a fundação do Centro de Conhecimentos em Agronegócio – PENSA, iniciativa liderada por Decio Zylbersztajn, um engenheiro agrônomo vinculado à Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. Formado na ESALQ, Zylbersztajn deve sua trajetória a dois outros protagonistas da modernização agroindustrial do Brasil, Antonio José Rodrigues Filho, fundador da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e o próprio Ney Bittencourt de Araújo, que além de ter sido fundador da ABAG, foi presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM). Sobre o papel dessas lideranças em sua trajetória ele considera que:

Um deles, chama-se, doutor Toninho Rodrigues, pai do Roberto Rodrigues, que um certo dia abre as portas para um jovem estudante de agronomia como eu e me leva para um congresso em Brasília sobre o cooperativismo. O doutor Toninho Rodrigues abriu as portas para mim para um mundo de atuação e pesquisa que até hoje eu não deixei, o estudo das cooperativas agrícolas. O outro nome é Ney Bittencourt Araújo, que foi um grande líder do Agro brasileiro, criador da ABAG. Esse homem tem toda a importância na minha carreira porque ele abriu as portas para mim da universidade. Veja, um empresário aponta para mim o caminho a ser seguido na universidade (Zylbersztajn, 2009).

Desenvolvendo uma parceria com a economista Elizabeth Farina, professora da FEA que posteriormente se destacou como presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça e da União das Indústrias da Cana de Açúcar (ÚNICA), Zylbersztajn ouviu os conselhos destes dois empresários no “caminho a ser seguido na universidade”, tornando-se o primeiro coordenador do PENSA. Com significativa repercussão midiática, o evento de lançamento do programa contou com a ilustre presença de Goldberg. Seu objetivo era, portanto, dedicar-se à “gestão e coordenação de agronegócios”, atuando “nos cenários nacional e internacional, desenvolvendo a excelência em pesquisa, capacitação e consultoria”. Para tanto, o PENSA se encontra estruturado em forma de rede, buscando “a colaboração de professores, consultores, pesquisadores, empresários e demais agentes ligados ao agronegócio”. Seu marco conceitual está baseado na Nova Economia Institucional (NEI), que contempla “a análise das instituições que delimitam as regras do jogo nos mercados e na sociedade” e permite a compreensão “de setores, grupos estratégicos e estruturas de mercado” (PENSA, 2019). Nesta perspectiva, além de desenvolver inúmeras pesquisas publicadas na forma de teses, dissertações e estudos de caso, através de seus cursos de educação continuada em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA), o PENSA afirma ter atendido a “mais de 10.000 executivos e lideranças do agronegócio brasileiro”, “fornecendo a necessária comunicação entre a academia e o mundo corporativo” e deixando como legado a realização de estudos de caso sobre um significativo conjunto de grandes empresas agroindustriais com atuação no Brasil e em outros países sul-americanos (PENSA, 2020).³

³ São algumas delas: Sadia, Carrefour, Nestlé, Agrindus, Agrocere, Aracruz Celulose, Arby's, Associação Brasileira da Indústria do Café, CAACER, Illycaffè, Carol, Companhia Real de Distribuição, Comigo, Conap, Coamo, 85 Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v. 15, nº 1, p. 78-104, jan./jun. 2025

Na Argentina, o Programa de Agronegocios y Alimentos foi fundado em 1999 na Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires (FAUBA). Embora não tenha sido o primeiro programa de *agribusiness* da Argentina, sua importância tem sido reconhecida pela sua filiação institucional junto à UBA, pelo perfil de seus fundadores e pelo desempenho político, acadêmico e empresarial de parte significativa de seus atuais professores, estreitamente vinculados com as maiores empresas agroindustriais atuantes no país e com a sua mais dinâmica representante associativista: a Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa (AAPRESID), criada em 1990 com o patrocínio da Monsanto (Fernandes, 2022).

Os três personagens que protagonizaram a fundação do PAA foram Hector Ordoñez, Fernando Vilella e Hugo Cetrángolo. Entre estes três engenheiros agrônomos formados pela UBA, Ordoñez tem sido reconhecido como o primeiro intelectual argentino a se inserir na rede acadêmica internacional dos estudos em *agribusiness*, chegando a ela através de suas participações em seminários organizados pelo PENSA que reproduziam o modelo aplicado em Harvard, introduzindo no debate político e acadêmico nacional a abordagem do estudo dos sistemas agroindustriais a partir das categorias da Nova Economia Institucional, chamando-a de “Nueva Economía y Negocios Agroalimentares (NENA)” (Ordoñez, 2000). Além disso, o agrônomo argentino percorreu uma significativa carreira no mercado privado, atuando em grandes empresas e negócios relacionados à indústria de insumos e à produção agropecuária na região pampeana, através de diversos tipos de vínculo com empresas como: Pioneer, Agrolatina, Novartis, Grupo El Tejar, Aceite Fino, Ser Beef, Semillero Las Lomas, Bioceres e Los Grobo. Também assessorou um antigo colega de graduação, Felipe Solá, no comando da pasta da agricultura no momento de aprovação legal do uso das primeiras versões de soja transgênica na Argentina (Liaudat, 2018; Fernandes, 2022).

Foi neste sentido, portanto, que Fernando Vilella, na condição de decano da FAUBA nos primeiros anos de funcionamento do PAA, fez as seguintes considerações sobre as relações entre o programa brasileiro e o argentino e a contribuição de suas pesquisas para, em suas palavras, “*estudiantes de grado, pos-grado, empresarios, formuladores de políticas públicas y funcionarios ministeriales*”:

Nuestro programa siempre ha tenido una estrecha y amistosa relación con el PENSA de la USP. En 1998 al comienzo de mi gestión como decano me acercan Hugo Cetrángolo y Héctor Ordoñez. En esa primavera por invitación de Decio Zylberstajn y Ordoñez, asisto a un seminario PENSA y allí viendo en acción los académicos, empresarios y funcionarios me termino de convencer de la necesidad que había en la Argentina y en nuestra FAUBA de un programa de dichas características (Vilella, 2007, para 1).

Em uma abordagem semelhante à dos fundadores do PENSA, o propósito destes intelectuais com o PAA era constituir uma posição que lhes permitisse promover uma articulação tanto entre o mundo acadêmico e o setor empresarial, quanto entre redes de

Cooxupé, Dinho's, Dungullin Estate, Embrapa, Fast & Food, Fundação MT, Genetic ID, Granja Moro, Grupo André Maggi, Irmãos Fontenelle, Itambé, Mailkaut, Orsa, Pena Branca, Sacor, Saskatchewan – Wheat Pool, Selecta, Terra Preservada, Ypioca.

conhecimento internacional, empresas multinacionais, atores do mercado financeiro e produtores rurais presentes em distintas localidades do território nacional, sendo assim:

(...) un espacio donde coexisten la docencia, la investigación, la consultoría, la transferencia al medio y la red relacional a fin de responder a la necesidad de generar capital social dentro del sistema de agronegocios, que es el más dinámico y competitivo de la economía argentina. El PAA se propuso trabajar desde su fundación con la visión de liderar y ser el nudo coordinador de una red de creación, aplicación y difusión de conocimiento en los agronegocios y alimentos a nivel latinoamericano y con expansión global. (Senesi e Neyra, 2009, p. 2).

Dessa forma, nos últimos vinte anos o PAA formou importantes quadros políticos e empresariais do agronegócio argentino. Em 2007 eram contabilizados um total de 1700 estudantes formados pelo PAA desde a sua fundação (Senesi e Neyra, 2009, p. 2). Em 2019, haviam sido defendidas um total de 68 teses de Mestrado (PAA, 2019), além de ter sido realizada uma série de estudos de caso sobre grandes empreendimentos agroindustriais com atuação na Argentina e na América do Sul,⁴ sendo resultado de uma metodologia de ensino e pesquisa fundamentada na “NENA” (Ordoñez, 2000) e destinada a “*la formación de talentos humanos con alta excelencia académica para la docencia, la investigación y la alta dirección en empresas, ONGs, y el Estado en el ámbito de los Agronegocios*” (PAA, 2019).

A perspectiva destes programas se baseava nos métodos de pesquisa e formação utilizados nos seminários da HBS, que incluíam a realização de convênios junto a empresas interessadas em produzir uma avaliação das possibilidades e limites de seus modelos de negócio. Assim, são realizados estudos de caso e cursos *in house* sob demanda. Enquanto os primeiros consistem em pesquisas realizadas em campo, os cursos *in house*, por sua vez, são ministrados no formato de especialização MBA com o objetivo de atender as demandas de qualificação das empresas “conveniadas”, sendo realizados geralmente no interior de suas dependências (Fernandes, 2022).

A incorporação dessa metodologia também refletia um processo anterior de reforma curricular no interior das mais tradicionais escolas de agronomia do país, como a ESALQ e a FAUBA, pois o corpo docente e discente destes programas é proveniente em grande medida deste campo disciplinar e destas duas instituições em particular (Fernandes, 2022). Estas reformas curriculares não apenas promoviam uma intensificação dos laços do conhecimento agrônomo com o campo de conhecimento da economia, da administração, do direito e das ciências sociais, como foram pioneiras no desenvolvimento de novas formas de parceria público-privada entre empresas e universidades públicas, combinando a estrutura estatal de ensino e pesquisa com investimentos privados no direcionamento da produção científica dessas instituições (Molina e Sanfelice, 2018; Liaudat, 2019). Estes recursos são frequentemente geridos por fundações de direito privado, em que um dos casos mais celebres é o da Fundação da FAUBA que foi presidida por Gustavo Grobocopatel, presidente-proprietário do Grupo Los Grobo e ex-presidente e diretor de associações empresariais como a AAPRESID e a Asociación Argentina de Girasol (ASAGIR) (Fernandes, 2022). Assim,

⁴ Alguns exemplos identificados foram: Los Grobo, Don Mario, Pepsico, Cooperativa Agraria Oro Verde, Horst, Bayer, YPF e Grupo Romagnoli.

embora o conceito de “educação em *agribusiness*” (Zylbersztajn e Giordano, 1992) defendesse a articulação entre teoria e prática; a combinação de uma formação teórica aliada ao desenvolvimento de competências técnicas de ordem prática se refere aos aspectos político-administrativos da economia dos custos de transação, sendo exclusividade de uma formação de nível de pós-graduação voltada para a alta direção do Estado e de grandes empresas agroindustriais, não tendo, assim, nenhuma relação com a real superação entre a divisão e hierarquização (em termos políticos, econômicos e simbólicos) entre trabalho manual e intelectual que tem marcado historicamente as relações capitalistas de produção.

Portanto, ao serem um elo entre o mundo empresarial, as formas de organização política do mesmo e a rede internacional de estudos em *agribusiness*, iniciativas como a do PENSA e do PAA lograram se constituir como novos espaços de institucionalização e validação da verdade (científica), indo além da formação de pessoal qualificado para lidar com as novas demandas técnicas do mercado e da produção, e contribuindo de maneira a moldar os discursos e as visões de mundo associadas ao modelo do agronegócio. Ressignificando o núcleo liberal e conservador que marcou historicamente o discurso de grandes empresários, produtores e proprietários rurais sobre o desenvolvimento nacional, a livre iniciativa e a propriedade privada (Balsa, 2012); o discurso do agronegócio (Liaudat, 2018; Liaudat e Fernandes, 2021) recupera sob novas aparências a essência do projeto político de inserção subordinada das mesmas ao mercado mundial, visando fundamentalmente justificar a manutenção e intensificação do monopólio sobre a produção e a propriedade da terra com o objetivo de promover a constante ampliação das condições de expropriação de novos e velhos territórios. Mais que um modelo produtivo que supõem a financeirização da produção e da propriedade, a incorporação de novas tecnologias (mecanização, biotecnologia e tecnologia da informação), a flexibilização das relações de trabalho e os novos padrões de gestão da produção (Gras e Hernandez, 2016); o modelo do agronegócio, enquanto “palavra política unificadora de interesses e das classes dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (Bruno, 2009, p. 113), conformou, a partir da quadra neoliberal dos anos 1990, um novo “pacto de economia política” (Delgado, 2012).

Construindo (di)visões de mundo a partir da Nova Economia Institucional

A rede internacional de lideranças políticas e acadêmicas da grande produção agroindustrial que se articula através da IFAMA e de programas de pós-graduação como o PENSA e o PAA, além de funcionar como espaço de compartilhamento de metodologias de ensino e pesquisa, bem como dos resultados das mesmas, constitui-se também em espaço de elaboração e difusão de uma determinada perspectiva teórica, que informa e é informada pela visão de mundo de grandes produtores e proprietários agroindustriais. Interessa neste tópico discutir alguns dos pressupostos mais mobilizados por dois dos principais intelectuais e fundadores do PENSA e do PAA, respectivamente, Decio Zylberstajn e Hector Ordoñez, a fim de inferir de que maneira seus ideais de mundo reforçam a hegemonia da grande produção agroindustrial no Brasil e na Argentina.

O marco teórico trabalhado nestes programas, portanto, é parte da articulação de dois campos de estudo: A teoria dos *Agribusiness Commodity System* (ou Sistemas Agroindustriais), desenvolvida por Goldberg (1968) a partir do conceito de *agribusiness*, que havia sido proposto originalmente em Davis e Goldberg (1956); e os estudos fundamentados na Nova Economia Institucional (Williamsson, 1975; 1985; 1989; North, 1990), que inseriu a perspectiva da Economia dos Custos de Transação como marco analítico mais estratégico para a pesquisa sobre diferentes cadeias de produção agroindustrial.

No primeiro caso, os estudos de Goldberg sobre os Sistemas Agroindustriais foram resultado do desenvolvimento de suas pesquisas no âmbito da HBS, após John Davis ter deixado a carreira universitária para trabalhar junto ao governo dos Estados Unidos. Nestes estudos, Goldberg (1968), considerando o aprofundamento nas mudanças tecnológicas e de mercado que foram consequência da revolução verde (inovações tecnológicas, integração entre produção agropecuária, indústria de alimentos e mercado financeiro, maior variabilidade da renda em razão de fatores climáticos, político-sociais ou econômico-financeiros e maiores exigências por padrões de qualidade e de sustentabilidade sócio-ambiental), busca estabelecer um método de cálculo de diferentes variáveis e riscos para as cadeias de produção derivadas de um determinado produto agropecuário, no sentido de coordenar as melhores estratégias de investimento e organização empresarial. Para isso, o autor enfocou as suas novas pesquisas na relação entre as esferas da produção de insumos e da produção primária. Seu primeiro estudo de caso utilizando esta perspectiva foi na Florida, no final dos anos 1960, com a produção de laranja e a análise dos diferentes arranjos institucionais (contratos) praticados em sua cadeia agroindustrial.

Ao buscar definir qual estratégia de governança seria mais eficiente para determinado produto ou cadeia agroindustrial, Goldberg se aproximou na prática da perspectiva da economia dos custos de transação, desenvolvida originalmente por Ronald Coase (1988). Para o economista inglês, professor da Universidade de Chicago e formado pela London School of Economics, é preciso fazer uma revisão da economia neoclássica, que parte de um suposto de custos de transação zero, desconsiderando a incidência de externalidades sociais, políticas, culturais e ambientais sobre o processo de realização da mercadoria e do seu ganho final.

A partir do que ficou conhecido como “teorema de Coase”, autores como Oliver Williamsson e Douglas North despontaram nos anos 1990 ao desenvolver o campo teórico da Nova Economia Institucional e reafirmar a perspectiva coasiana de que as condições sociais, políticas, culturais e ambientais em que se dá o processo de produção, nos diferentes níveis da cadeia, importam (e muito!), sendo determinantes para o melhoramento da eficiência econômica e incidindo diretamente sobre a geração e captura do valor. Esta perspectiva ganhou força neste momento em função das necessidades de determinados organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, passarem a elaborar manuais de política pública visando oferecer uma resposta para dirimir e conter os efeitos do brutal aumento das desigualdades sociais e econômicas, a partir do avanço da agenda política internacional do Consenso de Washington. Ao oferecer uma espécie de autocritica neoliberal, a Nova Economia das Instituições emergiu para reconhecer e

rememorar as necessidades de mediação e regulação política por parte do Estado e da sociedade civil sobre as regras – naturais – do jogo do livre mercado. Sua consagração foi celebrada pela concessão do prêmio Nobel de economia para Coase, em 1991, e para Williamssom, em 1993.

Segundo Pereira (2010, p. 383), em função das sucessivas crises financeiras ao longo dos anos 1990, do desgaste dos governos que aderiram à agenda neoliberal e pelo consequente aumento das tensões sociais nos países mais fortemente atingidos pelas crises, a NEI constituiu um importante trunfo para a continuidade da implementação e legitimação das políticas de desmonte social do Estado e de seus mecanismos de regulação. Nesse sentido, seu arcabouço teórico foi útil, pois (1) justificava, “com argumentos mais brandos e sofisticados, a separação e subordinação da política à economia”; (2) alimentava “o discurso político do fim dos antagonismos estruturais e da harmonia de interesses”; (3) promovia “a neoliberalização do Estado municiando os ‘reformadores’ com um discurso politicamente mais palatável”; e (4) favorecia “a legitimação de um novo ciclo de negócios” (principalmente a exploração de recursos naturais e energéticos), que alargava o “escopo social da valorização do capital”.

Neste sentido, a NEI foi articulada aos estudos de caso de Harvard sobre os diferentes sistemas agroindustriais modernos, pois a mesma permitia a construção de uma fundamentação teórica para o desenvolvimento de metodologias mais precisas de mensuração dos possíveis riscos e ganhos econômicos, sociais e políticos existentes em uma dada cadeia de produção agroindustrial, ajudando empresas e investidores na definição de estratégias políticas e organizacionais de governança interna e de posicionamento em relação aos demais atores sociais e políticos do mercado, da sociedade civil e do Estado. Isso significou a reelaboração e difusão de uma perspectiva de mundo e de modo de vida que é subjacente a importantes pressupostos teóricos que têm sido mobilizados pelas lideranças empresariais, políticas e acadêmicas associadas ao campo da educação em *agribusiness*. Um bom exemplo disso, pode ser encontrado nas principais teses acadêmicas dos fundadores do Pensa e do PAA, Decio Zylbersztajn e Hector Ordoñez.

Após a criação do Pensa em 1990, Zylberstajn (1995) se dedicou em sua tese de livre docência pela FEA/USP a elaborar uma reflexão teórica que justamente fizesse este esforço de articulação entre os estudos sobre os sistemas agroindustriais e a NEI. Neste trabalho, o autor discute quatro questões de economia política que são muito ilustrativas da perspectiva ideológica que move este polo do campo científico em particular e podem ser entendidas a partir de quatro conceitos específicos: ambiente institucional, racionalidade limitada, oportunismo e direitos de propriedade. Cada uma destas noções, tende a reforçar três aspectos básicos do liberalismo clássico: a naturalização e a-historicidade do mercado; a índole individualista das ações e relações humanas e a defesa da propriedade privada como único modo de vida a ser visto como possível e/ou mais eficiente (na acepção exclusivamente mercantil do termo). Vejamos como.

Em primeiro lugar, as noções de “ambiente institucional” e de “instituições”, na formulação de Williamsom correspondem às regras do jogo em que se desenvolvem as relações econômicas. Nas palavras dele: “*the rules of the game that define the context within*

which economic activity takes place. The political, social and legal ground rules establish the basis for production, exchange, and distribution” (Williamsom apud Zylbersztajn, 1995, p. 18). Neste sentido, o ambiente institucional corresponde “ao sistema de normas (restrições informais, regras formais e sistema de controle) que afeta o processo de transferência dos direitos de propriedade, exigindo recursos reais para operarem” (Zylbersztajn, 1995, p. 18). Pode-se entender também como “vetor de fatores de deslocamento que interferem diretamente nas formas de governança”. Entre tais fatores estariam aspectos como: “tradição legal, existência de leis de proteção intelectual, tradições de arbitragem para a solução de disputas, aspectos culturais, entre outros”. Assim, nesta perspectiva, o modo de governança – aqui já não mais entendido como simples forma de organização empresarial, mas como modelo de organização social (estatal, associativista, escolar, cultural, religiosa, política, etc...) ideal/desejável – mais *eficiente* – só pode ser alcançado a partir do entendimento das relações entre indivíduo e sociedade, sob a perspectiva de que, embora a primazia seja da ação sobre a estrutura, a segunda também determinaria a primeira, interferindo no equilíbrio *natural* das relações de troca entre os indivíduos no mercado. Ou seja, na perspectiva da NEI, o “modo eficiente de governança resultará da interação entre o ambiente institucional e o comportamento dos indivíduos” (Zylbersztajn, 1995, p. 163).

Com isso, a noção de “ambiente institucional”, ao se referir aos regulamentos sociais diversos de uma determinada formação social, curiosamente alarga o leque de possibilidades de forças de intervenção sobre o mercado e a organização da vida social para além da figura liberal do “Estado-sujeito”, ou seja, do Estado como agente arbitrário, autônomo e externo às forças de mercado (Mendonça, 2014), incluindo também as relações de força na sociedade civil. Contudo, a NEI, apesar de apontar para a necessidade de se considerarem as determinações culturais, políticas e sociais, portanto, históricas, de determinada sociedade em que se desenvolvem as relações econômicas de mercado, ao relegar a este conjunto de complexas dimensões da realidade social o mesmo “espaço teórico”, reunindo-as no mesmo conceito de “ambiente institucional”; ao relegar à palavra “cultura” o lugar de último (e mais um) item das “regras do jogo”, tal perspectiva segue desistoricizando as relações sociais e suas formas de organização da vida em sociedade – reduzidas às melhores e mais *eficientes* formas de geração e captura individual de valor, em que os benefícios coletivos da produção e de sua distribuição social são sempre um desdobramento de segundo plano, cujos efeitos seriam sempre supostamente positivos, fazendo com que as “condições ambientais” em que a mesma se desenvolve historicamente importe, na prática, muito pouco.

Em segundo lugar, para a mensuração dos riscos e possibilidades oferecidos em cada forma de organização e posicionamento na cadeia produtiva a figura dos contratos é fundamental, pois é através deles que podem ser previstos o máximo número de situações que podem representar um aumento ou uma diminuição nos custos de transação. No entanto, a racionalidade desses contratos é *limitada*, ficando as transações sempre invariavelmente expostas ao comportamento *oportunist*a dos indivíduos, o que exige das estratégias de governança o estabelecimento de mecanismos legais e políticos segundo os quais seja possível diminuir a exposição da atividade econômica da empresa/empresário ao risco de quebra contratual. Neste sentido, o cálculo dos custos de transação implicaria sempre e

necessariamente na aplicação de uma política de prevenção em relação ao individualismo alheio, ou seja, de proteção em relação a uma suposta conduta não cooperativa e competitiva da natureza humana. Ao estarem sempre todos visando um benefício individual/particular de tipo monopolístico e excludente, a ação oportunista dos indivíduos não só estaria disposta a desconsiderar as suas consequências em relação a terceiros, como sempre busca extrair daí algum tipo de vantagem para o seu autor. Nos termos de Williamsom, o oportunismo seria “a busca pelo auto interesse com avidez” (Williamsom apud Zylbersztajn, 1995, p. 18) e a racionalidade limitada dos contratos a tentativa dos agentes econômicos de “otimizar” sem conseguir “satisfazer tal desejo” plenamente (Zylbersztajn, 1995, p. 17), o que impõem a necessidade do estabelecimento de mecanismos sociais, políticos e legais para “monitorar” os demais agentes componentes da estrutura de governança interna e do ambiente institucional onde a produção e suas transações se realizam, com o objetivo de diminuir os seus custos e maximizar a geração e captura do valor.

Assim, é interessante problematizar esta leitura de mundo na medida em que, invariavelmente, ela pressupõe um comportamento social que sugere novamente sua naturalização, mais uma vez flertando com procedimentos que desistoricizam e minimizam as dimensões culturais e políticas da ação dos indivíduos em sociedade. Se o comportamento oportunista é intrínseco à natureza humana, a busca pelo “auto interesse com avidez” nada mais é do que a busca pela maximização dos lucros como referencial único ou primordial para a conduta de determinado indivíduo. Muito embora seja ressaltado que “o pressuposto não é de que todos os indivíduos agem sempre oportunistamente, bastando que algum indivíduo tenha a possibilidade de assim agir para que os contratos fiquem expostos a ações que demandam monitoramento” (Zylbersztajn, 1995, p. 18), é interessante observar como, na aplicação empírica desta teoria econômica, este suposto frequentemente se mostra com uma perspectiva generalizante, naturalizante e individualizante da conduta humana, principalmente quando sua análise é estendida para a compreensão de instituições sem fins lucrativos, como o Estado (restrito) e outras formas de organização social, política, cultural ou religiosa.

Em terceiro lugar, a questão da definição dos direitos de propriedade e de seus mecanismos de defesa e legitimação também é um tema importante para a aplicação da NEI nos diferentes sistemas agroindustriais da economia capitalista. Do ponto de vista prático isto significa discutir quais são os mecanismos contratuais de definição dos direitos de propriedade junto ao conjunto de atores que são parte da governança interna das empresas e junto ao demais atores sociais e políticos do ambiente institucional. Do ponto de vista teórico isto significa a elaboração de um marco conceitual de defesa de uma dada perspectiva sobre a propriedade que tende a legitimar: a expropriação e exploração do trabalho; a privatização dos bens comuns e serviços públicos; a monopolização da terra e dos demais bens comuns da natureza; e as definições a respeito da propriedade intelectual (no desenvolvimento e acesso a novas técnicas, tecnologias e/ou ativos simbólicos a serem utilizados como valor de troca). Nesta perspectiva, para o pesquisador do PENSA:

A firma pode ser vista como um rico ambiente para discutir-se direito de propriedade, a partir do conceito proposto por Coase, onde a firma é tratada como um complexo de contratos. Sendo os contratos voltados para definir regras de troca de direitos de propriedade entre agentes especializados, a firma passa a representar um exemplo onde a análise de direitos de propriedade pode ser útil para a compreensão da estrutura interna contratual (Zylbersztajn, 1995, p. 39).

Neste sentido, em relação ao monitoramento e definição dos direitos de propriedade do trabalho, Zylbersztajn, usando termos eufemísticos e generalizantes como “incentivos” (para se referir tanto aos ganhos e garantias dos trabalhadores, como às “salvaguardas” contratuais dos empresários); “resíduo” (para se referir ao ganho do empresário) e “equipe” (para se referir ao conjunto de funcionários da firma, seja em postos de direção, seja na condição de trabalhadores), define o que seria “o clássico problema da produção em equipe”: “Diferentes problemas surgem quando se estabelece a produção na forma de equipes sendo os mais comuns, o problema de mensuração da produção e o decorrente problema do desenho apropriado de uma estrutura de incentivos”. No entanto, para além do simples cálculo do valor do trabalho a ser pago à “equipe”, a questão do monitoramento de custos com este tipo de relação contratual específica, desvela uma preocupação com outro tipo de controle e de cálculo de custos: o problema político das relações de trabalho em si mesmas, como fonte potencial de conflito social. Tais conflitos são sutilmente delineados nas seguintes considerações:

a firma típica é representada pela sobreposição de ações cujos resultados intermediários são de difícil mensuração e onde a produtividade de um indivíduo é afetada pelas ações dos demais. Em caso de dificuldades de monitoramento das equipes, surge um típico problema resultante da ação oportunista dos indivíduos (*free rider*). Desta forma, a alocação dos direitos de propriedade sobre o produto final passa a sofrer um problema de mensuração de difícil solução (Zylbersztajn, 1995, p. 40).

Ou seja, numa leitura do problema posto a partir das relações de trabalho, a questão se refere ao seu funcionamento harmonioso, no sentido de reproduzir a organização e os procedimentos considerados mais estratégicos e eficientes para a maximização da geração e captura de valor. Mais ainda, ao se considerar os riscos de ações oportunistas dos “indivíduos” componentes da “equipe” – omitindo ou desconsiderando os riscos de comportamentos oportunistas dos patrões frente aos trabalhadores – destacam-se as preocupações com as expectativas existentes em relação ao comportamento de trabalhadores no cumprimento dos contratos, bem como de possíveis conflitos internos e externos (jurídicos ou não) à firma que eventualmente podem vir daí. Nesta dimensão do problema, a questão do valor pago pelo trabalho, ou dos “incentivos” para o cumprimento das relações contratuais aos membros da “equipe”, aparece na medida em que se considera que “a alocação dos direitos de propriedade sobre o produto final” é “um problema de mensuração de difícil solução” (Zylbersztajn, 1995, p. 40).

No que se refere à privatização de bens e serviços públicos, a NEI, como referencial teórico que informa os manuais de política pública das instituições multi-laterais da hegemonia global, aparece como fundamento para o aprofundamento da privatização de

importantes instituições e atividades sob a responsabilidade do Estado, a partir do argumento fiscalista da redução da máquina pública. Dessa maneira, para além do papel do Estado como regulador e garantidor das salvaguardas contratuais através do sistema de justiça, seu papel na economia deveria ser reduzido e limitado. Mesmo que a NEI tivesse como origem a problematização sobre o papel das instituições sociais e políticas na formação dos custos de transação, esta vertente contemporânea do liberalismo econômico não deixou de reforçar as principais tendências ultra liberais dos economistas do final do século XIX, que defendiam, teoricamente, que o papel do Estado deveria ser mínimo. Para sustentar esta posição Zylbersztajn reivindica os argumentos de Coase em sua crítica à literatura econômica tradicional e seu clássico exemplo dos faróis ingleses de sinalização costeira. Segundo a perspectiva da economia neoclássica, os faróis deveriam ser operados pelo Estado em razão do fato de não ser possível exercer o direito de exclusão neste tipo de atividade econômica. Coase, ao contrário, defendeu que mesmo atividades que tradicionalmente eram entendidas como de responsabilidade quase exclusiva do Estado poderiam vir a ser assumidas pela iniciativa privada, uma vez que, em sua visão, a impossibilidade do exercício do direito de exclusão sobre determinada atividade econômica, não impediria a estruturação de uma gestão privada eficiente. Por isso, Zylbersztajn, se referindo às tendências de reformas na economia capitalista mundial no final do século XX, conclui que: “Esta questão, trazida por Coase para redimir a literatura econômica de uma conclusão errônea, serve como motivação para a reavaliação do papel do Estado, tal como se observou na década de 1990, em países como a China, Rússia e demais repúblicas ex-soviéticas, México, Argentina, Brasil e Índia” (Zylbersztajn, 1995: 31).

Sobre a monopolização da propriedade da terra e dos demais bens comuns da natureza, a definição dos direitos de propriedade e do papel do Estado em relação a estes também tem se mostrado um tema fundamental dos estudos do sistema agroindustrial dentro do marco teórico da NEI. Esta preocupação se liga diretamente ao problema da sustentabilidade e da responsabilidade social e ambiental (para usar termos correntes nos próprios estudos sobre *agribusiness*) visto que ele aborda tanto o tema da concentração da propriedade fundiária, como o tema da forma e da intensidade do uso dos recursos humanos, naturais e energéticos disponíveis em determinada propriedade ou região (Fernandes, 2022). Assim, Zylbersztajn realiza um exercício teórico a partir de Martin Ricketts (1987) para reafirmar a crença no monopólio empresarial privado como única alternativa eficiente e possível para a humanidade, desqualificando toda e qualquer forma alternativa de produção, de propriedade e de vida. Para este economista inglês, haveriam três possibilidades de solução para a estruturação dos direitos de propriedade diante de bens finitos e imóveis como a exploração da terra e demais bens comuns da natureza. Para fins didáticos, chamarei aqui cada solução segundo a seguinte classificação: comunitária, empresarial-monopolista e ditatorial. Assim, Zylbersztajn define cada uma dessas soluções a partir do exemplo hipotético utilizado por Ricketts sobre as possibilidades e formas de exploração de um lago, cujos recursos não são suficientes para que a mesma seja realizada por todos os interessados. Neste sentido, a primeira solução seria a comunitária:

Todos os pescadores concordam em renunciar ao seu direito comunitário em prol do benefício social, ainda que ele, individualmente, possa perder com o novo arranjo. Esta solução contraria o pressuposto comportamental adotado por Williamson, que foi definido no capítulo anterior como a busca do auto-interesse e é incompatível com o conceito de maximização de utilidade da teoria neo-clássica. Apenas em casos muito especiais em comunidades caracterizadas por intensa interação entre os indivíduos somadas a algum tipo de liderança incontestável, tal solução poderia emergir (Zylbersztajn, 1995, p. 30).

A segunda solução seria a do monopólio empresarial:

A segunda solução indicada por Ricketts é aquela onde surge um empresário que consegue manejar o excedente de tal forma a ressarcir os participantes da sociedade pelo não uso do recurso e ainda auferir um lucro com o excedente. Trata-se de uma típica solução Pareto ótima, onde os custos da reorganização são menores do que os benefícios advindos desta, e os problemas redistributivos são evitados via negociação. A figura do empresário é importante como um alocador de recursos e identificador de oportunidades (Zylbersztajn, 1995, p. 30).

Por último, a terceira solução seria a ditatorial:

A terceira forma apresentada por Ricketts é aquela onde aparece um ditador, ou seja, um indivíduo com poder suficiente para apontar a nova estrutura de direitos sem que exista espaço para contestação (Zylbersztajn, 1995, p. 30).

Nesta perspectiva, a solução para o problema dos limites de exploração do lago somente é vislumbrada na medida em que se estabelece algum poder regulador que garanta um direito de exclusão sobre o uso de seus recursos naturais e energéticos. Uma vez que o direito comunitário não é visto como viável em função do pressuposto comportamental do oportunismo individual (busca pelo auto interesse com avidez), não restaria outra alternativa que não o monopólio empresarial ou o autoritarismo político. Ignorando qualquer outra possibilidade de construção de relações sociais cooperativas entre um amplo coletivo de indivíduos, mesmo que exemplos históricos tenham sido vastamente descritos pela historiografia e pela antropologia social, o referencial teórico liberal de Demsetz⁵ que é mobilizado para compreender as estruturas históricas dos direitos de propriedade, responsabiliza os atores sociais que vivem do direito comunitário por sua suposta ineficiência econômica e insustentabilidade social e ambiental. Mesmo que sejam os monopólios econômicos e Estados capitalistas os principais responsáveis históricos pela superexploração dos recursos sociais, naturais e energéticos disponíveis.

Assim, revela-se uma simpatia não declarada (porém indisfarçada) pela segunda solução, pois, nesta lógica, seria do excedente privado que seriam redistribuídos, via o que se define idealmente como livre negociação no mercado, os benefícios para o conjunto da sociedade, desconhecendo abertamente as profundas desigualdades que persistem e se

⁵ Identificado com a Escola de Chicago, Harold Demsetz foi professor da Universidade da Califórnia e atualmente é vinculado à Universidade de Chicago. É reconhecido como um dos pioneiros da Nova Economia Institucional e dos estudos sobre direitos de propriedade junto a este campo teórico da Economia.

aprofundam em sociedades cujo modelo de estruturação dos direitos de propriedade adota os monopólios empresariais como forma hegemônica de organização das relações de produção. Destaque também para como a solução ditatorial aparece associada à corrupção de um modelo comunitário de estruturação dos direitos de propriedade. Uma vez que não se considera possível a construção de um autogoverno comunitário sobre os recursos do lago, a ausência de uma elite (no sentido supremacista da teoria das elites) empresarial produtora de excedentes é, necessariamente, vista como uma brecha para a emergência de soluções autoritárias. Curioso, no entanto, como a própria existência dos monopólios empresariais não é vista como uma forma de imposição autoritária. Dessa maneira, a partir da perspectiva da NEI de revisão de alguns pressupostos da economia neoclássica – sem romper com seus principais fundamentos liberais – Zylbersztajn propõe uma quarta solução intermediária:

Aparentemente o autor não explorou a possibilidade associada à última solução, onde ao invés do ditador, existe uma instituição reguladora definida pela sociedade, com credibilidade e poder delegado de tal modo a permitir a solução sem o surgimento do ditador. Esta entidade poderia ser o Estado, definindo direitos de propriedade sob a ótica da otimização social, lidando com os aspectos redistributivos, ou ainda poderia ser uma instituição privada com credibilidade suficiente para exercer o poder regulador. Tal é o papel típico dos governos estabelecidos e de instituições informais em comunidades pequenas caracterizadas por grande interação social (Zylbersztajn, 1995, p. 31)

É interessante notar que, partindo do pressuposto da inviabilidade do direito comunitário, o autor busca apresentar uma solução intermediária às opções restantes, o monopólio empresarial e o autoritarismo político. Isto se alinha com os esforços da NEI em reafirmar que as instituições importam, para além do mercado. Portanto, ao mesmo tempo, além de deslegitimar o direito comunitário como “*instituição*” “*eficiente*” – no sentido próprio da teoria em questão – de estruturação dos direitos de propriedade em uma sociedade, esta perspectiva teórica abre espaço para uma aceitação de determinadas instituições de caráter regulatório que poderiam ser exercidas tanto por um Estado – idealmente – não autoritário (liberal), quanto por instituições privadas da sociedade civil, onde se destacariam as associações empresariais como formas de ação coletiva. Tais instituições seriam as responsáveis pela coordenação econômica do sistema, regulando a estrutura de definição dos direitos de propriedade e, supostamente, conferindo maior eficiência e sustentabilidade econômica na exploração de determinados recursos sociais, naturais e energéticos. Assim, num contexto de franca expansão do neoliberalismo desqualificava-se o direito comunitário como inviável ou potencialmente antidemocrático e admitia-se, simultaneamente, a ação reguladora do Estado sobre a defesa dos direitos de propriedade de tipo empresarial-monopolista, seu favorecimento na destinação de recursos públicos para viabilizar este modelo de produção e propriedade e uma terceirização de suas funções em alguns departamentos para determinadas instituições da iniciativa privada autodeclaradas como sendo “sem fins lucrativos”.

Por último, a preocupação com os mecanismos de definição, defesa e monopolização dos direitos de propriedade intelectual também tem sido objeto dos estudos em agribusiness

a partir do uso do marco teórico da NEI, manifestando-se de duas maneiras principalmente: em relação à produção biotecnológica de insumos e ao uso da tecnologia da informação, o que implica no debate sobre a propriedade das patentes tecnológicas, e em relação ao mercado consumidor no que se refere às estratégias de denominação de origem dos produtos agropecuários. É neste contexto que se insere a contribuição teórica de Hector Ordoñez (2000) que, não só foi reconhecido pela introdução de todo este arcabouço teórico na Argentina, mas pelo desenvolvimento de uma reflexão específica sobre as estratégias de denominação de origem como caminho promissor para o desenvolvimento do agronegócio neste país. Sua tese de doutorado realizada na Escola de Negócios da Universidad de Belgrano não apenas foi a primeira pesquisa desenvolvida na Argentina utilizando o marco teórico mobilizado pelo PENSA, como, por essa razão, consagrou-se publicamente como referência no desenvolvimento do que ficou reconhecido como uma teoria específica para o estudo do agronegócio argentino: a *Nueva Economía y Agronegocios Alimentares* (Gras e Hernandez, 2016). Segundo Ordoñez, a NENA seria uma ampliação do conceito de “*sistema de agronegocios coasiano*” desenvolvido pelo PENSA, a partir de uma análise específica das estratégias de denominação de origem de produtos agroindustriais argentinos:

Es sin embargo en el trabajo de Zylbersztajn et al. en el PENSA en donde se encuentra la resolución y la síntesis del abordaje de la Nueva Economía Institucional y del *Agribusiness*, conformando una metodología de análisis e intervención en torno al concepto de “sistema de agronegocios coasiano El “sistema de agronegocios coasiano”, conceptualizado por Zylbersztajn et al., constituye el núcleo duro de la Nueva Economía y Agronegocios Alimentarios. En la propuesta de Ordóñez (1998) se amplían las unidades de análisis para abarcar situaciones de negocios particulares que eventualmente requieren un espectro de abordaje más amplio. Sin embargo, podría afirmarse que la propuesta del nuevo paradigma “Nueva Economía y Agronegocios Alimentarios” solo constituye una ampliación de la propuesta de Zylbersztajn et al. a los efectos de incluir algunas situaciones de la realidad más específicas, como el caso de las Denominaciones de Origen (Ordoñez, 2000, p. 7).

Partindo das premissas de Porter⁶ que entende que as estratégias competitivas no mercado podem ser divididas fundamentalmente em duas, “*liderar en costos o liderar en diferenciación*”, o autor situa as denominações de origem no segundo tipo. Tais estratégias poderiam visar tanto a origem geográfica do produto, como seus padrões de qualidade, através de formas de certificação junto ao público consumidor, que cada vez mais demandaria por produtos de origem agropecuária “*que tienen un cuento para contar*” (Ordoñez, 1998: 50). Sendo assim, as técnicas de *marketing* e comunicação ganharam grande relevância para a eficiência das estratégias de denominação de origem, garantindo, em tese, que: a) o produtor seja capaz de cumprir seu papel construindo a história de seu produto; b) os distribuidores possam difundir uma narrativa convincente sobre esta história para os consumidores; c) e que

⁶ Michael Porter é economista, professor da Harvard Business School e tido como um clássico dos estudos sobre competitividade e estratégias de governança empresarial, sendo um dos autores mais citados e lidos nas escolas de negócios do mundo, possuindo ativa participação no desenvolvimento de políticas econômicas nos Estados Unidos.

estes, por sua vez, condicionem a construção dessas histórias a partir de suas demandas por certos padrões de origem e qualidade.

Neste sentido, segundo Ordoñez (2000), as denominações de origem podem ser abordadas segundo a questão do ambiente histórico-geográfico, do ponto de vista jurídico e com foco na estratégia de negócios. Em relação à primeira abordagem, encontra-se o problema da definição e comunicação das características históricas, culturais e geográficas a serem exploradas pela estratégia de denominação de origem que pode ser mobilizada através de atores privados, mas que, frequentemente, é fomentada e organizada por diferentes formas (legais e extra legais) de regulamentação do Estado. Neste aspecto se insere também o fato de a estratégia das denominações de origem garantirem o atendimento a determinadas exigências sociais e legais de sustentabilidade e responsabilidade social e ambiental. Do ponto de vista jurídico, como já apontado, concentram-se principalmente as preocupações com a definição dos direitos de propriedade intelectual e seu monitoramento e regulamentação na forma estrita da lei. Além disso, as denominações de origem como estratégia de negócios das empresas focam nos seguintes problemas: geração de valor, diferenciação de produtos e segmentação de mercado, coordenação agroindustrial e mecanismos de governança, promoção de pequenas e médias empresas, desenvolvimento regional e promoção de exportações.

Embora muitos produtos com denominação de origem sejam realizados segundo padrões de produção alternativos (agricultura familiar, orgânica, pequena e média produção), é importante ter em conta que as estratégias de certificação de origem e qualidade cada vez mais ganham relevância para a exportação de bens produzidos segundo o modelo do agronegócio. Portanto, apesar dessas estratégias serem valorizadas pelo seu potencial de inclusão de atores econômicos com menor escala de produção e métodos alternativos focados na diferenciação do produto, o interesse estratégico que se percebe no trabalho de Ordoñez (2000) e nas pesquisas que a partir dele se desenvolveram, também possui uma clara motivação de abordar as melhores formas de certificação agropecuária com vistas à produção em larga escala e a alta concentração de capital.

Em resumo, a perspectiva segundo a qual os estudos em agronegócios abordam o tema da definição e monopolização dos direitos de propriedade intelectual visa três objetivos fundamentais: favorecer a ampliação dos processos de expropriação da terra e do trabalho (como consequência da concentração do controle sobre patentes tecnológicas); funcionar como mecanismo de legitimação social através dos contos narrados pelas estratégias de denominação de origem das grandes cadeias agroindustriais; e abrir novas fronteiras simbólicas de valorização do capital, com a mercantilização de elementos históricos, geográficos e culturais dos diferentes territórios onde a produção se realiza.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi discutir como, ao longo do tempo, foi se conformando um campo internacional de ensino e pesquisa em agribusiness articulado através de diferentes

programas, associações e lideranças empresariais e acadêmicas em países como Estados Unidos, Brasil e Argentina. Também nos propomos a refletir sobre de que maneira as perspectivas teóricas trabalhadas neste campo contribuem no reforço de ideias que conformam a visão de mundo e o modo de vida defendidos por grandes proprietários e empresários agroindustriais. Com origem em universidades do norte global, mas com protagonismo de lideranças brasileiras e argentinas, as referências deste campo acadêmico e as instituições (muitas delas públicas) onde elas estão inseridas localmente apresentam em suas trajetórias fortes e significativos vínculos com grandes empresas nacionais e internacionais, associações privadas de representação de interesses de proprietários e empresários agroindustriais e agências e instituições da sociedade política que são estratégicas para a grande produção agroindustrial. Apresentando um marco teórico e metodológico para o desenvolvimento de estratégias público-privadas de melhoramento da gestão das cadeias produtivas, a rede internacional de professores e pesquisadores do *agribusiness* tem promovido um ensino e uma pesquisa totalmente direcionados para o atendimento das demandas específicas dos jogadores mais promissores e eficientes do mercado, visando qualificar seus quadros administrativos, redesenhar suas estratégias de governança, influenciar as políticas públicas em favor das mesmas e legitimar socialmente a sua importância para “todos”.

Assim, ficou evidente que a mobilização de preceitos teóricos da Nova Economia Institucional (como ambiente institucional, racionalidade limitada, oportunismo e direitos de propriedade) para a análise dos sistemas agroindustriais, apesar de buscar valorizar o papel das externalidades (sociais, políticas, culturais, ambientais) sob o processo de geração e captura do valor, relativizando o suposto de custos de transação zero contido no ideal de livre mercado, termina por reforçar três aspectos fundamentais e históricos do pensamento liberal: a) a naturalização e a-historicidade do “mercado” como única instituição universal e eficiente da humanidade; b) a inexorável (e também natural) índole individualista do comportamento e das relações humanas; e c) a defesa da propriedade privada como único modo de vida a ser visto como possível e/ou mais eficiente (na acepção exclusivamente mercantil do termo) da história.

Para chegar a esta conclusão, a crítica de Ankarloo e Palermo sobre o papel político da NEI no processo de legitimação social da economia capitalista foi esclarecedora. Segundo eles, esta perspectiva é idealista pois ignora as condições sociais e históricas em que se desenvolvem as atividades e relações econômicas, naturalizando as suas relações sociais de produção como um fator intrínseco e universal de toda a humanidade. Ao lançar mão do método dedutivo da estática comparada para o cálculo dos custos de transação, a NEI parte da premissa que as relações sociais capitalistas de produção são a-históricas. Deste modo, Ankarloo e Palermo sugerem que se trata de uma teoria econômica burguesa – ou seja, uma ideologia, no sentido próprio do pensamento marxiano – de justificação/naturalização do capitalismo, sendo ela mesma – na perspectiva do próprio pensamento de Williamsom – uma instituição do capitalismo:

The assumption of a primordial system of pure markets contains all the contradictions of the NIE approach to the study of the institutions of capitalism and is itself the product of an idealised vision of capitalist economic relations. The critique of Williamson's definition of the problem, method and conception enclosed in the assumption that in the beginning there were markets, not only points to the origins of the inner contradictions of the NIE research programme, but also suggests that Williamson, with his ideological understanding of the nature of capitalist institutions as efficient solutions to market failures, is ultimately himself an institution of capitalism (Ankarloo e Palermo, 2004, p. 414).

Para estes autores, o principal suposto teórico da NEI fica questionado: o suposto de que *“in the beginning there were markets”*. Saindo de um único e imutável ponto de partida – de que o mercado seria uma instituição pré-histórica e universal, antediluviana – a NEI se mostra tão incapaz de aferir as particularidades históricas, sociais e culturais que envolvem determinada relação de produção, em um determinado contexto histórico e geográfico, quanto o pensamento liberal clássico, reduzindo-se a um imperativo ideológico de uma história que não é produto de uma investigação empírica, mas de uma dedução generalizadora sobre a conduta dos indivíduos no tempo, em que Williamssom conta uma história que:

simply tries to fit his theory (...) The story does not start with “once upon a time . . .”, but with “let us assume that the world is as if it were coherent with our theory . . .”. In Williamson's theory, as in NIE at large, history is treated as if it did not matter to the conception of the model; rather, history is ‘as-if’ to the validity of the model (Ankarloo e Palermo, 2004, p. 419).

Assim, apesar de buscar conferir um verniz cultural à perspectiva do liberalismo sobre a História, reconhecendo a impossibilidade de se considerar um contexto de zero custos de transação, a NEI segue partindo deste suposto quando considera o mercado como instituição universal e primordial de todas as demais instituições das sociedades humanas, ao menos daquelas supostamente mais “desenvolvidas” ou “evoluídas”. Com isso, este referencial teórico não apenas fundamenta, na aparência, o cálculo material dos custos do monitoramento e da internalização de determinada transação econômica (leia-se, dos riscos sociais, políticos e naturais), sendo útil para a definição das melhores estratégias dos grandes grupos empresariais de cada cadeia agroindustrial (apresentados pelo conjunto das diferentes escalas de produção), como também possui uma essência voltada para fornecer os argumentos de legitimação política dos mecanismos contemporâneos do processo de acumulação capitalista, naturalizando, universalizando e justificando ahistoricamente diversas (di)visões de mundo presentes na realidade social contemporânea, sob o poder simbólico de ser uma análise científica e objetiva, tais como: a ideia do mercado enquanto instituição “antediluviana” e mais eficiente da humanidade; a primazia da ação racional dos indivíduos sobre as estruturas sociais e históricas; a primazia da mentalidade oportunista do “auto interesse com avidez”; e, finalmente, a desqualificação do direito comunitário em face de uma suposta superioridade natural do monopólio empresarial e da propriedade privada, o que tem conferido um grande destaque para a importância estratégica da gestão de conflitos envolvendo a questão do controle sobre a propriedade intelectual, da terra e dos demais bens comuns da natureza.

Referências

- ANKARLOO, Daniel; PALERMO, Giulio. Anti-Williamsom: a marxian critique of New Institutional Economics. *Cambridge Journal of Economics*, n 28, 2004.
- AZCUY AMEGHINO, Eduardo. De La Lucha por las Libertades Capitalistas a la Concentración Económica: Historia y actualidad de la cuestión agraria pampeana. *Realidad Económica*, n. 285, 2015.
- BALSA, Javier. *El desvanecimiento del mundo chacarero: Transformaciones sociales en la agricultura bonarense (1937 - 1988)*. 1 edición. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006.
- BALSA, Javier. *Formaciones discursivas y disputas por la hegemonía en torno a los modelos de desarrollo agrario*. En: Balsa, J; Lázzaro, S. Agro y política en Argentina. Buenos Aires, CICCUS, 2012.
- BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Seropédica - RJ: Mauad X, Edur UFRRJ, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: Ortiz, R (org.). 1983. *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, p. 122-155, 1983.
- CLAPP, Jeniffer. Financialization, distance and global food politics. *The Journal of Peasant Studies*, v. Vol. 14, n. n. 5, p. 797–814, 2014.
- COASE, Ronald. The Nature of the Firm, *Economica*, reprinted in Coase, 1988, *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press, 1937.
- DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- FERNANDES, Afonso. *Na Trama Política da Hegemonia do Agronegócio: Transformações e conexões a partir do Brasil e da Argentina* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2022.
- FERNANDES, Afonso. Estado, educación y reproducción de la propiedad rural en Brasil y Argentina. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales*, v. 29, p. 55-81, 2024.
- GIRBAL-BLACHA, Noemi. Tradición y modernización en la agricultura cerealera argentina, 1910-1930. Comportamiento y propuestas de los ingenieros agrónomos. *Jahrbuch Fur Geschichte Von Staat Wirtschaft Und Gesellschaft Latinamerika*; Berlín; p. 369 – 395, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. *Radiografía del nuevo campo argentino: del terrateniente al empresario transnacional*. 1 ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

- GRAZIANO DA SILVA, José. Las Organizaciones Profesionales en la Moderna Agricultura Brasileña. *Seminario de Políticas Agrarias y Grupos Sociales en Procesos de Transición Democrática*. Cordoba, España, 1993.
- GRYNZPAN, Mario. Origens e Conexões Norte-Americanas do Agribusiness no Brasil. *Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais*: v. 9, n. 17, jan/jun, 2012.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. Vol. 25, n. n. 74, 2010.
- IFAMA. Inaugural Symposium: Global Agribusiness for the 90’s. Boston, Massachusetts, 1991.
- IFAMA. About IFAMA. Disponível em: <https://www.ifama.org/about>. Acesso em: 05, mai, 2019a.
- IFAMA. IFAMA World Conferences, 2019. Disponível em: <https://www.ifama.org/IFAMA-Conferences>. Acesso em: 05, mai, 2019b.
- IFAMA. Board of Members, 2021. Disponível em: <https://www.ifama.org/board-of-directors>. Acesso em: 12, dez, 2021
- LATTUADA, Mario. *Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina. Transformaciones institucionales a fines del siglo XX*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2006.
- LIAUDAT, Dolores. *Hegemonía, discursos e identificaciones en el agro pampeano. Análisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios*. Doctorado en Ciencias Sociales y Humanas, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2018.
- LIAUDAT, Dolores. Las Universidades como Territorios de la Disputa Hegemonica de los Agronegocios en la Argentina: Un estudio exploratorio. *Estudios Socio-territoriales*, n. 26, 2019.
- LIAUDAT, Dolores; FERNANDES, Afonso. Agronegocios y nuevas relaciones de representación empresarial en el Cono Sur. Un estudio exploratório sobre ABAG (Brasil) y AAPRESID (Argentina). *Marx e o Marxismo* v.9, n.16, jan/jun, 2021.
- LEITE, Sergio. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: Por uma sociologia das transformações agrárias. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, v. Vol. 4, n. n. 7, p. 302–323, 2019.
- MENDONÇA, Sonia. *Agronomia e Poder*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- MENDONÇA, Sonia. Dominação Burguesa e Reprodução de Classe no Brasil (1990 – 2016). In: BADARÓ, Marcelo (org.). *Estado e Formas de Dominação no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.
- MOLINA, Rodrigo; SANFELICE, José. Ditadura e educação agrícola: A ESALQ/USP e a “gênese” do agronegócio brasileiro. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 143, p.321-341, abr.-jun, 2018.

- NORTH, Douglas. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press, 1990.
- ORDOÑEZ, Hector. *La Nueva Economía y Negocios Alimentares*. Buenos Aires: Programa de Agronegócios y Alimentos, FAUBA, 2000.
- PAA. *Carreras de especialización*. Agronegocios y Alimentos. FAUBA. <http://epg.agro.uba.ar/carreras/carreras-de-especializacion/agronegocios-y-alimentos/>, mai, 2019
- POMPEIA, Caio. *Formação Política do Agronegócio*. (Tese de Doutorado, Unicamp), 2018.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio. Debates Econômicos, processos sociais e lutas políticas: reflexões sobre a questão agrária. *Anais do XXI Encontro Anual da Anpocs*, 1998.
- PENSA. *Institucional* <http://pensa.org.br/>, mai, 2019.
- PENSA. *PENSA 30 anos*. <http://pensa.org.br/pensa-30-anos/>, nov, 2020.
- RICKETTS, Martin. “*The Economics of Business Enterprise: New Approaches to the Firm*”, Harvester Press, Brighton, 1987.
- SENESI, Sebastian; NEYRA, Facundo. El Programa de Agronegocios y Alimentos de la Facultad de Agronomía de la Universidad de Buenos Aires (FAUBA). *Revista Mexicana de Agronegocios*. México: Cuarta Época. Año XIII. Volumen 24. enero-junio, 2009.
- VILELLA, Fernando. Prólogo. En: VILLELLA, Fernando; NEVES, Marcos. F; SENESI, Sebastian; PALAU, H. *Agronegocios en Argentina y Brasil: Una estrategia conjunta y una visión de futuro*. Buenos Aires: Editorial FAUBA, 2017.
- WEDEKIN, Ivan. *Ivan Wedekin* (depoimento, 2012). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012.
- WILLIAMSOM, Oliver. *Markets and Hierarchies*. New York Free Press, 1975.
- WILLIAMSOM, Oliver. *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting*. The Free Press, New York, 1985.
- WILLIAMSOM, Oliver. *Transaction Cost Economics*. in *Handbook of Industrial Organization*, Vol I ed. R. Schmalensee e R. D. Willig. Elsevier Science Publ, 1989.
- ZYLBERSZTAJN, Décio; GIORDANO, Samuel. A educação em agribusiness no Brasil. *Conjuntura Alimentos*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 22-26, 1992.
- ZYLBERSZTAJN, Décio. *Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: Uma aplicação da Nova Economia das Instituições*. Tese de Livre Docência. São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1995.
- ZYLBERZTAJN, Décio. *Professor Decio Zylbersztajn é homenageado com o prêmio Deusa Ceres na ESALQShow*. Canal Rural, Fala Carlão. [Professor Decio Zylbersztajn é homenageado com o Prêmio Deusa Ceres no Esalqshow \(canalrural.com.br\)](http://canalrural.com.br), dez, 2020.

Recebido em: 02-02-2024
Modificado em: 17-04-2024
Aceito em: 26-05-2024

Afonso Henrique de Menezes Fernandes

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil); Pesquisador do *Centro de Estudios de la Argentina Rural* da *Universidad Nacional de Quilmes* (Argentina); y bolsista de pós-doutorado do projeto *Turning Land into Capital: Historical Periods of (Re)Production of Wealth in Latin America from the 19th to the 21st Century* (*Universitat de Bielefeld, Universitat de Bern, Universidad Nacional de Quilmes, Universidade Federal Fluminense, FLACSO-Ecuador, Benemérita Universidad de Puebla / Volkswagen Stiftung*).
E-mail: afonsomenezes@id.uff.br